

O Palácio da Terrugem e a sua quinta – património singular em Paço d’Arcos

por Alexandra de Carvalho Antunes

O conjunto formado por Quinta e Palácio da Terrugem é a memória, quase sempre esquecida, do que terá sido uma parte do Reguengo de Oeiras.

A quinta já não é mais que um jardim e a parte edificada resulta de mais de quatro séculos de profundas transformações empreendidas pelos seus inúmeros proprietários.

Do conjunto há a destacar a fachada nobre, orientada a sul, exibindo singular *loggia* dupla. O piso térreo ostenta colunas quinhentistas com capitéis dissemelhantes, revestimento azulejar enxaquetado de colocação diversa da convencional, datável do início do século XVII, e lintéis ornamentados das portas de entrada principal e de acesso à capela. A capela, originalmente uma ermida de que haverá memória de culto desde pelo menos o ano de 1528, está adossada à edificação principal. Eis alguns encantos deste elemento patrimonial oeirense raramente lembrado.

1. Introdução

A Quinta da Terrugem localiza-se na encosta virada a Sul entre Caxias e Paço de Arcos, distando cerca de 500 metros da linha de costa e da Avenida Marginal. Da vasta quinta de produção agrícola e de recreio, propriedade do município oeirense desde 3 de Janeiro de 1978 e, em 2004, classificada como Imóvel de Valor Concelhio, resta cerca de meio hectare de um bem cuidado jardim. A Quinta e o Palácio da Terrugem de Baixo têm sido objeto de estudos de âmbito genealógico dos seus ancestrais proprietários. O edifício, também conhecido por Palácio Flor da Murta, em alusão a D. Luiza Clara de Portugal (1702-1779), uma das suas proprietárias, tem sido recorrentemente citado em obras acerca dos amores de D. João V, atendendo à ligação estabelecida entre ambos.

2. A quinta da Terrugem

O topónimo Terrugem engloba a Terrugem [de Cima] – o lugar altaneiro – e a Terrugem de Baixo (onde se situa a quinta), sendo comum desde pelo menos o séc. XIX a denominação *Quinta da Terrugem* (Fig. 2). Existem relatos que comprovam a utilização da quinta para fins de produção agrícola e também referência às *soirées* que tiveram lugar no palácio.



Fig. 1 – Palácio da Terrugem, alçado principal/sul, em set. 2009. (CMO)

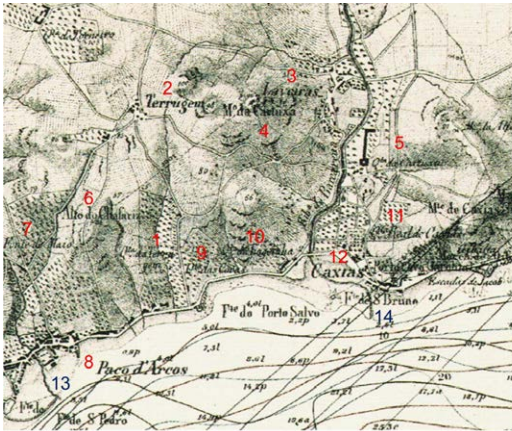


Fig. 2 – Quinta da Terrugem e principais topónimos da sua envolvente, sobre excerto do *Plano Hydrographico da Barra do Porto de Lisboa*, de 1857, sondado e retificado em 1879. (Instituto Geográfico Português). Legenda: 1 – Quinta da Terrugem; 2 – Terrugem [de Cima]; 3 – Laveiras; 4 – Moinho da Cartuxa; 5 – Quinta da Cartuxa; 6 – Alto do Chafariz; 7 – Fonte de Maio; 8 – Paço d’Arcos; 9 – Quinta das Covas; 10 – Quinta da Lagoinha; 11 – Quinta Real de Caxias; 12 – Caxias; 13 – Foz da Ribeira de Paço d’Arcos; 14 – Foz da Ribeira de Barcarena. (BNP)

Desde a sua fundação, no início do séc. XVI, e por cerca de quatro séculos, a quinta esteve, sequentemente e por herança, na posse das famílias: Barém, Jacques de Magalhães e Menezes. Terá sido Pêro Jacques de Magalhães (fidalgo da casa real, 1.º visconde de Fonte Arcada e 5.º senhor do Paul da Bordeira) a instituir, em 1681, o morgadio da Terrugem, depois herdado por D. Jorge Francisco de Menezes (neto de Pêro Jacques e 5.º neto de António Correia Barém). Durante o séc. XX são inúmeros os proprietários. Estão registadas as aquisições: em 1900 por Alberto Júlio da Costa Lobo da Bandeira (3.º conde de Porto Covo da Bandeira); em 1920 por Afonso Henriques Botelho de Sá Teixeira (comendador das Ordens de Santiago da Espada e Militar de Avis); em 1922 por Artur António da Costa Piano (banqueiro no Brasil); em 1930 por Fritz Otto Wirth (que fez algumas obras na edificação e introduziu

espécies tropicais no jardim); em 1934 por Sara Sofia Abecassis Seruya; e em 1970 pela firma TERIMO – *Construções Urbanas e Turísticas*.



Fig. 3 – Implantação do Palácio da Terrugem enquadrado com os limites atuais da quinta (a vermelho) e a indicação dos limites da propriedade antes da urbanização concluída na década de 1980 (a azul). Implantação sobre Planta de Localização. (CMO/AMO)

O prolongado processo de loteamento parcial da quinta resultou na urbanização da maior parte da área verde (**Fig. 3**) e incluiu a doação do edifício e parte da quinta à Câmara Municipal de Oeiras. O ano de 1971 marcou a instalação, no palácio, de diversos serviços camarários, situação que se manteve por mais de uma década. Depois de inúmeras discussões, ideias e pareceres acerca do destino a dar ao conjunto quinta e palácio, em 1996 foi decidida a sua cedência à *Sanest, Saneamento da Costa do Estoril, S.A.* pelo período – já findo – de 35 anos. O contrato firmado exigia que esta empresa promovesse intervenção de conservação e reabilitação do conjunto.

3. O Palácio da Terrugem

A atual edificação resultará de quase cinco séculos de alterações e ampliações. Uma peça

A CARTUXA - II

cartográfica datada de 1810 (**Fig. 4**) revela a implantação de uma construção em U, seguida de duas outras, destacadas, de planta retangular, a sul da edificação principal – acreditamos serem as construções que vieram a dar origem ao atual palácio e edificações anexas.



Fig. 4 – Implantação do Palácio da Terragem no dealbar do século XIX, pormenor de William CHAPMAN, *A topographical chart of the entrance of the river Tagus: the coast from Cape Roca to Sacavem*, London, Wm. Faden, 1810. (BNP)

Segundo a escritura de doação ao município, de 1978, o total de área construída perfazia 2240 m², distribuídos por, entre outros: prédio formado por rés-do-chão e primeiro andar, com 3 pátios e capela (superfície coberta de 527m², 3 pátios somando 389m²), casas abarracadas, adega e lagar, garagem e cocheira, residência de caseiro, arribana destinada a palheiro, casa com forno de cozer, alpendre para guarda de instrumentos de lavoura, casa em tijolo para galinheiros, cocheiras e pombal.

Com a amputação da década de 1980 e as intervenções ocorridas entre 1997 e o início do novo milénio, perdeu-se por completo a feição de quinta agrícola. As construções mais débeis (abarracadas) foram demolidas, enquanto as construções de alvenaria se mantiveram e adequaram aos novos usos.

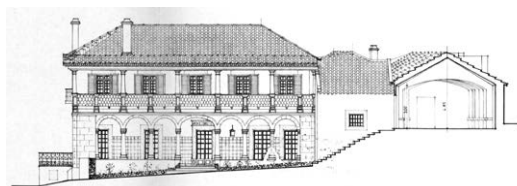


Fig. 5 – Alçado principal, sul, do Palácio da Terragem, 1985. (CMO/AMO)

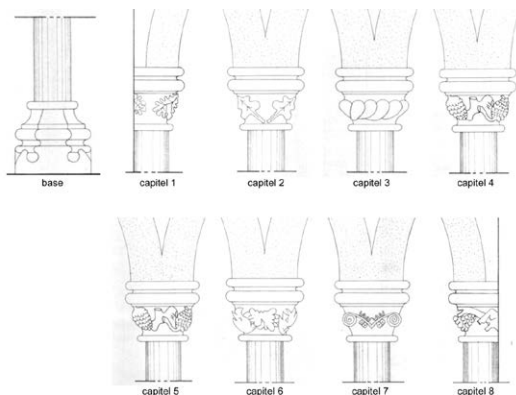


Fig. 6– Palácio da Terragem, detalhes de base e capitéis, 1985. (CMO/AMO)



Fig. 7– Vista parcial da *loggia*, porta de acesso à capela e as colunas com os capitéis 5 a 8, em nov. 2013. (ACA)

O corpo principal, configurado pelo palácio, com pátio interior e capela adossada, foi construído em franca adequação ao declive da encosta. Desenvolve-se em dois pisos e tem na sua fachada principal (**Fig. 5**), orientada a sul, o alçado nobre de todo o conjunto,

com *loggia* dupla. A do piso 1 é embelezada por sete arcos, sendo o central arco abatedo e os outros seis, que o ladeiam, arcos de volta perfeita. As oito colunas de capitéis quinhentistas, dissemelhantes, exibem ornamentação geométrica e vegetalista (**Figs. 6 e 7**). O piso superior é também valorizado por seis colunas, mais esbeltas do que as do piso térreo.

A porta de acesso à capela (**Fig. 8**) é orlada por molduras escalonadas. A padieira é encimada pelas armas do escrivão da fazenda d'El Rei D. João III Damião Dias (o leopardo rampante, ao centro) – que surgem ladeadas por módulos vegetalistas, um dos quais regista o ano de 1549 e outro a inscrição “Ave Maria”.



Fig. 8– Pormenor do emoldramento da porta de acesso à capela e pormenor com data, em nov. 2013). (ACA)

Em finais de 2013 a capela carecia, ainda, de alguns trabalhos de conservação e restauro. Os andaimes então ali colocados não permitiram a sua análise adequada, no entanto não foram observados quaisquer elementos de particular interesse artístico. Cremos que

a capela detém peculiar valor enquanto memória das edificações originais; inicialmente seria uma ermida, isolada e destacada na fértil encosta da quinta de produção agrícola. Segundo Jorge Miranda, há registo de que Frei Bartolomeu dos Mártires (1514-1590) possa ter ali realizado, em 1528, a sua primeira missa.

O acesso nobre ao interior do corpo principal faz-se por porta com emoldramento em cantaria com bom grau de compacidade e com lintel valorizado por elementos geométricos (**Fig. 9**).



Fig. 9– Pormenor do emoldramento da porta de entrada nobre, na *loggia*, fachada sul, em nov. 2013). (ACA)

O acervo azulejar do Palácio da Terrugem é diverso quanto à sua datação e motivos representados. Os elementos decorativos em azulejo serão provenientes de outras edificações. É o caso dos “azulejos enxaquetados, com placas brancas separadas por tarjas esmaltadas a verde, do início do século XVII”, considerados por José Meco “os azulejos mais antigos do Concelho de Oeiras”. Do interior há a registar um painel com o jogo das quilhas, do terceiro quartel de Setecentos, alegadamente furtado; e um outro painel, datável de finais do século XIX, de uma sala inferior da casa.

São também notáveis e merecedores de cuidada abordagem: as espécies vegetais, os dois lagos ornamentais (um a poente e outro, menor, defronte da fachada nobre do palácio) e o relógio de sol.

Algumas fontes e bibliografia: Alexandra de Carvalho ANTUNES, “Quinta e Palácio da Terrugem, em Paço d’Arcos: contributo para o seu estudo”, *A Villa Renascentista – Arquitetura, Jardins e Paisagem. Visão Pluridisciplinar dos Espaços e Vivências da Quinta de Recreio de Conceção Renascentista*, 2016, *Caleidoscópio*, p. 315-326; Arquivo Municipal de Oeiras (AMO), *Livro 92 das Escrituras Notariais da CMO, P.º 1478/1972, SP 16/85*; Maria ARCHER e Branca de Gonta COLAÇO, *Memórias da Linha de Cascais*, Parceria A.M.Pereira, 1943; CMO Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras, ed. CMO, Oeiras, 1999; *Digressão Recreativa – Passatempo Alegre ou Revista do Viver das Praias, na epocha dos banhos do mar, no corrente anno de 1870*, Lisboa, *Typographia Portuguesa*, 1871; Rogério de Oliveira GONÇALVES, *O palácio dos Arcos meio milénio*, Oeiras, ed. CMO, 1989; Rogério de Oliveira GONÇALVES, *Terrugem. Terra e gente de Paço de Arcos*, Oeiras, Município de Oeiras, 1995; Lívio da Costa GUEDES, *O Arco Belém – S. Julião da Barra*, contorno da enseada de *Paço de Arcos*, Lisboa, 1986; D. José Coutinho de LENCASTE,

Passeio de Lisboa a Cascais por mar e terra, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868; Fernando LOPES, *Os Barém e a Terrugem de Oeiras*, comunicação apresentada a 24.08.2015, nos Diálogos em Noites de Verão da Espaço e Memória – Associação Cultural de Oeiras; José MECO, *Azulejaria no Concelho de Oeiras, Palácio Pombal e a Casa da Pesca*, Cadernos da Biblioteca Operária Oeirense, Oeiras, 1982; José MECO, *Azulejaria Portuguesa*, Lisboa, Bertrand Editora, 1985; José MECO, “Património artístico de Oeiras – séculos XVI a XIX”, *1.º Ciclo de Estudos Oeirenses. Oeiras – a Terra e os Homens*, Oeiras, Ed. Celta e Câmara Municipal de Oeiras, p. 137-154; Jorge MIRANDA, “Frei Frei Bartolomeu dos Mártires: reconhecimento da santidade do Beato da Terrugem demorou quatro séculos”, *Jornal da Região*, n.º 235, ano 5.º, 15.11.2001, p. 9; Amílcar Gil PIRES, *A Quinta de Recreio em Portugal: vilegiatura, lugar e arquitectura*, Casal de Cambra, *Caleidoscópio*, 2013; Anne de STOOP, *Quintas e palácios nos arredores de Lisboa*, Barcelos, Livraria Civilização, 1989; M.P. VIDEIRA, *Monografia de Paço de Arcos*, Caxias, Tip. do Reformatório Central de Lisboa, 1947. ●



JÁ ESTAMOS ONLINE!!

Siga-nos em
<https://pubhtml5.com/homepage/qkut>
Leia e participe! A Voz de Paço de Arcos agradece.

A direção